

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.826.081 - SE (2019/0202700-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE : TALITA TAINES ALMEIDA SANTOS**  
**ADVOGADOS : RICARDO TAVARES DE MEDINA SANTOS E OUTRO(S) -**  
SE003242  
LUCAS TADEU COSTA DIAS - SE003604  
PETRÚCIO MESSIAS DE SOUZA - SE004895  
**RECORRIDO : AIDIL COSTA GOIS**  
**RECORRIDO : PAULO ROBERTO BRITO MACHADO**  
**ADVOGADOS : MARCOS TORRES DE BRITO - SE002220**  
THIAGO DAVIS BOMFIM DOS SANTOS E OUTRO(S) - SP208443

## EMENTA

RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL SUPOSTAMENTE VIOLADO. SÚMULA 284 DO STF. EMBARGOS NÃO PROTETATÓRIOS. AFASTAMENTO DA MULTA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESSA EXTENSÃO, PARCIALMENTE PROVIDO.

## DECISÃO

TALITA TAINES ALMEIDA SANTOS (TALITA) interpôs agravo de instrumento contra decisão que, nos autos da ação de cumprimento de sentença ajuizada contra AIDIL COSTA GOIS (AIDIL) e PAULO ROBERTO BRITO MACHADO (PAULO ROBERTO), indeferiu o pleito para oficiar à fonte pagadora da agravada AIDIL, no sentido de bloquear 30% dos seus rendimentos.

O Tribunal sergipano não deu provimento ao agravo, nos termos da seguinte ementa:

*AGRAVO DE INSTRUMENTO – PENHORA MEDIANTE DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO - IMPOSSIBILIDADE – PROVENTOS DE APOSENTADORIA - VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR – IMPENHORABILIDADE – EXAME DOS PRESSUPOSTOS DE PROBABILIDADE E DO PERIGO DE DANO NESTE JUÍZO RECURSAL – INOCORRÊNCIA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA - AGRAVO IMPROVIDO – DECISÃO UNÂNIME.* (e-STJ fls. 63)

Os embargos de declaração interpostos foram rejeitados. (e-STJ fls. 71).

Inconformada, TALITA interpôs recurso especial, com fundamento no

# Superior Tribunal de Justiça

art. 105, III, *a e c*, da CF, alegando violação dos arts. 1.022 e 1.026, § 2º, do NCPC, ao sustentar que (1) houve erro de fato no acórdão recorrido que considerou como salário da recorrida a quantia de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), quando o seu salário é na ordem de R\$ 19.565,00 (dezenove mil, quinhentos e sessenta e cinco reais); (2) os Tribunais brasileiros têm admitido a penhora de até 30% dos rendimentos, como forma de evitar o enriquecimento ilícito e assegurar a satisfação das necessidades básicas do devedor; (3) os executados possuem renda declarada superior a R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) ao ano; (4) deve ser afastada a multa, pois os embargos de declaração não foram protelatórios; e (5) há divergência jurisprudencial a respeito da impenhorabilidade do salário.

O apelo nobre foi admitido.

É o relatório.

Decido.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

A irresignação merece prosperar em parte.

## (1) Da negativa de prestação jurisdicional

No julgamento da apelação, a Corte sergipana fundamentou que:

*Contudo, apesar de o dispositivo legal ser claro quanto à impenhorabilidade de tais verbas de aposentadoria, em recentes decisões o STJ vem entendendo que a regra da impenhorabilidade da verba remuneratória pode ser relativizada, quando restar demonstrada a viabilidade do bloqueio de tal quantia, preservando-se o suficiente para garantir a subsistência do devedor e da sua família.*

*Ocorre que, malgrado o novel entendimento da Corte Superior de Justiça, inexistem, nos autos, elementos que permitam afastar a regra da impenhorabilidade absoluta dos proventos de aposentadoria da agravada Aidil, porquanto não possível assegurar que a constrição sobre 30% (trinta por cento) da verba alimentar, não causará nenhum transtorno à sua subsistência e de sua família.*

*Ou seja, muito embora o documento acostado ao feito indique que os proventos da agravada são no importe de pouco mais de R\$4.000,00 (quatro mil reais) líquidos, uma significativa parcela é*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*destinada a pagamento das mensalidades de seu plano de saúde, bem como de seus dependentes, além de alguns empréstimos bancários. Além disso, referido documento data do ano de 2010 (dez/10), não havendo, no in folio, nenhuma outra informação dos valores atuais dos proventos de aposentadoria.*

*Nesta seara, e a título de cognição sumária, é que não vislumbro presentes os requisitos legais autorizadores para a concessão da tutela recursal vindicada, devendo ser mantida a decisão de origem que indeferiu o pleito de bloqueio mensal de 30%(trinta por cento) sobre os proventos de aposentadoria da parte agravada/executada. . (e-STJ, fls. 353/354)*

## **No julgamento dos embargos de declaração:**

*Ora, o erro de fato alegado pela Embargante não se afigura presente, uma vez que a situação decidida nos autos levou em consideração a prova material produzida pela parte, no momento da interposição do seu recurso.*

*Como se vê, a Folha Analítica de Benefícios anexada ao feito, informando os rendimentos mais recentes da parte recorrida, sobre a qual a Embargante fundamenta a sua pretensão, apenas e tão somente fora trazida aos autos em sede de Embargos de Declaração situação esta que, indubitavelmente configura preclusão quanto ao direito de sua exibição, isso porque, consoante se denota no disposto no art. 434, caput, do CPC/15, a prova documental deve ser produzida pela parte Autora, na petição inicial, e pelo Réu na contestação, sendo tal regra excepcionada, tão somente, na hipótese disciplinada pelo art. 435, do mesmo Código de Ritos, in verbis:*

*Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos.*

*Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º.*

*No caso em apreço, a parte Embargante sequer arguiu qual teria sido o motivo que a impediu de juntar anteriormente os documentos necessários a comprovação do fato constitutivo de seu direito, já que o acórdão fustigado foi embasado, conforme informado, no contracheque colacionado aos autos que além de datarem o ano de 2010(dez/10) comprovavam, segundo dito, que os proventos da embargada eram no importe de pouco mais de R\$4.000,00(quatro mil reais) líquidos, e ainda uma significativa*

# Superior Tribunal de Justiça

*parcela era destinada ao pagamento das mensalidades do plano de saúde desta.*

*Como se vê, a demanda posta em debate foi decidida analisando o conjunto probatório produzido por inteiro e naquela oportunidade, e, na verdade, por esta ação pretende, a Embargante, tão somente rediscutir a matéria julgada emprestando-lhe evidente efeito infringente e, não concordando com a decisão combatida, visa sua modificação através dos presentes empachos, o que, como se sabe, não é a via adequada para este desiderato. Ou seja, os embargos de declaração não se prestam para rediscussão da matéria, sendo que a não-concordância do vencido em demanda judicial não tem o condão de torná-la omissa, contraditória ou obscura, não se prestando os embargos como meio de rejuízo.*

*Assim, depreende-se que o julgamento materializado na r. decisão colegiada, ocorreu com a análise expressa e harmônica dos elementos produzidos nos autos naquele momento, e o enfrentamento de todas as questões sustentadas pela parte recorrente. (e-STJ, fls. 73)*

Verifica-se que o Tribunal de origem analisou as questões que lhe pareceram necessárias à solução da causa, encontrando-se o acórdão fundamentado de forma a não ensejar dúvidas acerca das razões de ordem jurídica que lhe deram sustentação.

Assim, houve manifestação sobre o tema, só que de forma contrária à pretensão da recorrente, o que não caracteriza nenhum dos vícios do art. 1.022 do NCPC.

## (2) (3) (5) Da penhora do salário e divergência jurisprudencial

O conhecimento do recurso especial, pelas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, exige a indicação de qual dispositivo legal teria sido violado ou objeto de interpretação divergente, entre o acórdão impugnado e os paradigmas, sob pena de incidência, por analogia, da Súmula nº 284 do STF.

Na hipótese dos autos, a recorrente disse ser o caso de mitigação da impenhorabilidade do salário e que há divergência jurisprudencial a respeito dessa matéria. Contudo, não cuidou de indicar os dispositivos de lei que entendeu malferidos pela Corte de origem, a esse respeito. Não basta a simples menção a dispositivos legais, pois o recurso especial é de fundamentação vinculada. Evidenciada, portanto, a incidência, por analogia, da Súmula 284 do STF, a obstar o conhecimento do apelo nobre.

Nesse sentido, vejam-se os seguintes precedentes:

**AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. TRANSPORTE**

# *Superior Tribunal de Justiça*

COLETIVO. DANO MORAL. 1. MAJORAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. QUESTÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. 2. REDUÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. DESCABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. 3. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DOS ARTIGOS. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA 284 DO STF. 4. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

3. A Corte Especial do STJ decidiu, no julgamento do AgRg no REsp 1.346.588/DF, Relator o Ministro Arnaldo Esteves Lima, que no recurso especial interposto com base na divergência jurisprudencial (art. 105, III, c, da CF), é imprescindível a indicação dos dispositivos legais sobre os quais se baseia o dissenso interpretativo, sob pena de não conhecimento do recurso.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1.579.618/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 1º/7/2016 - sem destaque no original)

TRIBUTÁRIO. ISSQN. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL VIOLADO. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL.

I - A competência do Superior Tribunal de Justiça, na via do recurso especial, encontra-se vinculada à interpretação e à uniformização do direito infraconstitucional federal. Nesse contexto, apresenta-se impositiva a indicação do dispositivo legal que teria sido contrariado pelo Tribunal a quo, sendo necessária a delimitação da violação do tema insculpido no regramento indicado, viabilizando assim o necessário confronto interpretativo e o cumprimento da incumbência constitucional revelada com a uniformização do direito infraconstitucional sob exame.

II - Nesse diapasão, verificado que o recorrente deixou de indicar com precisão quais os dispositivos legais que teriam sido violados, apresenta-se evidente a deficiência do pleito recursal, atraindo o teor da Súmula n. 284 do STF.

III - Na parcela recursal referente a alínea c, do inciso III, do art. 105, da Constituição Federal, conforme a previsão do art. 255, §1º, do RISTJ, é de rigor a caracterização das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados, cabendo a quem recorre demonstrar tais circunstâncias, com indicação da similitude fática e jurídica entre os julgados, **apontando o**

# Superior Tribunal de Justiça

*dispositivo legal interpretado nos arestos em cotejo, com a transcrição dos trechos necessários para tal demonstração. Em face de tal deficiência recursal, aplica-se o constante da Súmula n. 284 do STF.*

*IV - Da análise do recurso especial, observa-se que o recorrente não aponta qual o dispositivo infraconstitucional teria sido objeto de interpretação divergente pelos julgados em confronto, o que impede a apreciação do tema pelo Superior Tribunal de Justiça.*

*V - Agravo interno improvido.*

(AgInt no AREsp 1.039.209/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, j. em 5/12/2017, DJe 12/12/2017) (sem destaque no original)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC/73) - IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. IRRESIGNAÇÃO DA PARTE AUTORA.*

*1. O recurso especial é de fundamentação vinculada, no qual o efeito devolutivo se opera tão-somente nos termos do que foi impugnado.*

*Assim, quanto à tese de nulidade do acórdão recorrido, a ausência de indicação expressa do dispositivo legal tido por vulnerado não permite verificar se a legislação federal infraconstitucional restou, ou não, malferida, atraindo o óbice da Súmula 284/STF.*

*(...)*

*3. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 977.405/BA, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 20/2/2018, DJe 27/2/2018)

## **(4) Da multa do art. 1.026 do NCPC**

Quanto ao tema, esta Corte firmou o entendimento de que é descabida a multa prevista no art. 1.026 do NCPC, quando previsível o intuito de prequestionamento e ausente o interesse de procrastinar o andamento do feito, mesmo que não configurada nenhuma hipótese de cabimento dos embargos de declaração.

Nesse sentido, é o enunciado da Súmula nº 98 desta Corte, *in verbis*: *Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não tem caráter protelatório.*

Nesse sentido, a jurisprudência desta eg. Corte Superior:

*RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS DECORRENTES DE MORTE. ASSALTO A AGÊNCIA BANCÁRIA. TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL FEITA EM NOME*

# Superior Tribunal de Justiça

DA MÃE. QUITAÇÃO AMPLA E GERAL DAS OBRIGAÇÕES INDENIZATÓRIAS DECORRENTES DO SINISTRO. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. PLENA VALIDADE E EFICÁCIA. LEGITIMIDADE DOS FILHOS PARA PERSEGUIREM REPARAÇÃO EM NOME PRÓPRIO. REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. NÃO CABIMENTO. VALOR ARBITRADO EM QUANTIA RAZOÁVEL. CASO FORTUITO E FORÇA MAIOR. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADA. MULTAS PROCESSUAIS. AFASTAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

6. A condenação do apelante, por litigância de má-fé, ao pagamento de indenização no valor correspondente a 20% do valor da causa, apenas por se considerarem protelatórios os primeiros embargos de declaração, com nítido caráter de prequestionamento, mostra-se descabida. Da mesma forma, é descabida a multa fixada quando opostos embargos declaratórios à r. sentença de primeiro grau, logo na primeira oportunidade.

(REsp 815.018/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Segunda Seção, DJe de 6/6/2016).

Dessa forma, e tendo em vista que a multa do art. 1.026 do NCPC deve ser aplicada com temperamentos, afasto a multa imposta pelo Tribunal sergipano quando do julgamento dos embargos de declaração.

Nessa condições, **CONHEÇO EM PARTE** do recurso especial e, nessa extensão, **DOU-LHE PARCIAL PROVIMENTO** para afastar a multa do art. 1.026 do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator